



# Anais da Assembléia

N.º 121

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1.979

ANO V

## 1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 115.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 de outubro de 1.979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM N.º 128/79

Curitiba, 26 de setembro de 1.979.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.094, de 02 de janeiro de 1.979, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

Os necessários detalhes sobre o alto significado e interesse público de que é revestida a medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis, estão contidos na inclusa cópia autêntica da exposição de motivos n.º 2.148/79, firmada pelo Senhor Procurador Geral do Estado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O inciso II, do § 2.º, do art. 25, o art. 29 acrescido de parágrafos, o "caput" do art. 32 e o § 2.º, do art. 35, todos da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1.979, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. ...

§ 2.º ...

"II — ser bacharel em Direito e estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;"

"Art. 29. Para a promoção, por merecimento, o Conselho organizará, sempre que for possível, lista tríplice, que o Procurador Geral enviará ao Governador do Estado, por intermédio do Secretário da Justiça.

§ 1.º — Serão incluídos na lista os que obtiverem os votos da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 2.º — Se nos três primeiros escrutínios não for possível compor a lista por maioria absoluta, a indicação será por maioria simples.

§ 3.º — O integrante do Quadro Especial de Procuradores do Estado, que tiver figurado em lista anterior de promoção por merecimento, só poderá ser excluído da seguinte se, em votação preliminar, o Conselho assim o decidir, por maioria absoluta. Em caso contrário, a votação será feita apenas para completar a lista tríplice."

"Art. 32. As listas de classificação por antigüidade serão publicadas no órgão oficial, para conhecimento dos interessados, os quais poderão reclamar ao Conselho, no prazo de oito (8) dias."

Art. 35. ...

"§ 2.º — Os remanescentes do Quadro Especial previsto no artigo 22 desta lei, enquadrados provisoriamente em cargos de Advogado de 2a. classe que serão extintos quando vagarem, concorrerão com os demais integrantes da carreira a promoções por antigüidade e merecimento."

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o parágrafo único, do artigo 34, da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1.979, e demais disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor MÁRIO BALZER JANOSKI, ocorrido no dia 23 próximo passado.

REQUER ainda, que se dê ciência à família enlutada, endereçando à Rua Londrina n.º 211, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS.

## JUSTIFICATIVA:

MÁRIO BALZER JANOSKI, que deixou nosso convívio aos 34 anos de idade, portanto, muito jovem ainda, era pessoa nascida no progressista Município de Ivaí, onde passou maior parte de sua mocidade, deixando somente amigos, o que se caracteriza pela eleição de seu irmão JOÃO ANTÔNIO BATISTA, para a Chefia do Executivo do Município de Ivaí.

Após realizar matrimônio, passou a residir em Ponta Grossa, onde veio a falecer no dia 23 de setembro próximo passado, deixando uma grande saudade entre seus parentes e amigos.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplauso à ACADEMIA DE LETRAS JOSÉ DE ALENCAR, brilhantemente presidida pelo poeta Vasco José Taborda, pela passagem do seu 40.<sup>o</sup> aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 04 de outubro de 1.939, a ACADEMIA DE LETRAS JOSÉ DE ALENCAR tem como presidente perpétuo, o poeta Vasco José Taborda.

Durante esta caminhada cultural a Academia tem se posicionado de forma efetiva e atuante, sempre merecendo destaque nacional. Promovendo concursos de poesias e gravuras ou atuando diretamente junto às bases poéticas, a ALJA tem sido ponto alto da nossa poesia.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações a JAIME SUNYÉ NETO, Campeão Brasileiro de Xadrez.

O jovem enxadrista paranaense, vem se constituindo numa espetacular revelação, causando enorme sensação no Torneio Interzonal Atlântica Boa Vista, em andamento no Rio de Janeiro, já figurando entre os melhores do mundo nesse nobre esporte.

Participando pela primeira vez de torneio dessa categoria, o jovem JAIME SUNYÉ NETO, com as posições que vem conquistando a cada partida está prestando enorme serviço para a divulgação desse esporte, ao mesmo tempo em que representa, com muita dignidade, o Paraná e o Brasil junto aos países participantes desse importante torneio.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações para a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE PARANAGUÁ, por motivo da recente eleição da nova diretoria que deverá reger os destinos daquela entidade, no biênio 1979/81, e cuja posse dar-se-á hoje, às 20,00 horas, em sua sede.

A referida associação congrega considerável número de sócios naquela cidade litorânea e, como órgão representativo do Comércio, Indústria e Agricultura do Município de Paranaguá, tem prestado relevantes serviços à comunidade e, particularmente, às pessoas ligadas a esses setores de atividades, motivo pelo qual nos parece justo que o Poder Legislativo de nosso Estado alie-se às manifestações de regozijo e euforia dos associados da mencionada entidade, na certeza de que a diretoria recém-eleita, tendo na Presidência a figura ilustre do Dr. Carlos Elysio Neves Vieira da Costa, junto a outros nomes dignos e conceituados da sociedade parnanguara, irão dedicar todo o esforço unido à capacidade de que são dotados, no sentido de elevar cada vez mais o bom nome que a associação desfruta naquela cidade.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à citada associação, para o seguinte endereço: Av. Arthur de Abreu n.º 29 - 12.º andar - salas 1/3 Cx. Postal 305 - Paranaguá.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação do Estado do Paraná, objetivando estadualizar o Ginásio "Santos Dumont", localizado no Distrito de Vila Nova, Município de Toledo (Pr).

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Distrito de Vila Nova é um dos mais populosos do Município de Toledo, com inúmeros aglomerados humanos formando sua área distrital;

Considerando lá existir um educandário dos mais antigos da região, com centenas de estudantes nos primeiro e segundo graus, mas que sempre tem enfrentado inúmeras dificuldades, quer na manutenção como no próprio aprimoramento educacional;

Considerando ser aquele distrito, um dos mais importantes e prósperos na área da agricultura, mas com um contingente humano composto de agricultores de média renda, com inúmeros pequenos agricultores e trabalhadores volantes, estes últimos de poucos recursos para fazer frente às despesas educacionais de seus filhos;

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação do Estado do Paraná, objetivando estadualizar aquele educandário.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a conclusão das obras de acesso que liga o Distrito Administrativo de Cafelândia D'Oeste, no Município de Cascavel, com a BR-369.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o pedido de informações sobre a conclusão das obras daquele acesso, deve ser colocado em plano prioritário de ação dos órgãos governamentais, visto a necessidade e urgência que a citada obra requer, levando-se em consideração o número de habitantes e além disso, os tantos benefícios que o distrito tem prestado ao município, e conseqüentemente, ao Estado.

Mas, enquanto tal benefício não é atendido, o Distrito de Cafelândia vem enfrentando uma série de problemas devido as péssimas condições de transporte até a sede e mesmo aos centros maiores.

Nesse sentido e visando o bem estar de seus munícipes, o ilustre Vereador Daniel Folle, representante daquele distrito na Câmara Municipal de Cascavel, teve requerimento de sua autoria aprovado por unanimidade de votos na sessão do dia 02 de março do corrente ano, solicitando tais providências junto aos órgãos responsáveis, e posteriormente, apresentou requerimento reiterando os termos do mesmo, na sessão do dia 13 de setembro do corrente ano, com apoio da maioria de Vereadores com assento naquela Casa de Leis, sem no entanto, ter até o momento, obtido qualquer resposta, seja ela positiva ou negativa.

Entendemos, que também nos cabe responsabilidade, e por este motivo, através de solicitação que nos foi enviada

pela Presidência daquela Casa de Leis, nos solidarizamos com a preocupação daquele Vereador que demonstra desta maneira a intenção de bem servir a seu município, persistindo na obtenção de uma solução em regime de urgência para o pedido que faz, desde que o mesmo virá beneficiar a uma coletividade ordeira e trabalhadora, que nada mais reivindica que um direito adquirido com o esforço, esperança e trabalho por um Paraná mais humano.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. JUCUNDINO FURTADO, Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando providências para regularização na emissão de extrato das contas de seus clientes.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Há pouco tempo, o Banco do Estado do Paraná, através de sua administração, resolveu remodelar o cadastramento de seus clientes.

Entre os vários itens que deveriam ser preenchidos, constava o seguinte:

"Como Vossa Senhoria quer receber seu extrato de contas:

- a) Semanalmente?
- b) Quinzenalmente?
- c) Mensalmente?"

Parecia inacreditável que por iniciativa própria, aquele estabelecimento oficial de crédito, que não adota nenhum sistema prático de controle das contas para ser oferecido a seus clientes, houvesse resolvido facilitar o acesso dos mesmos às suas contas.

Todavia, logo em seguida outra ordem: "Quem pedir o extrato no correr do mês terá de pagar uma taxa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros)".

Ora, que espécie de cortesia e de atendimento o Banco do Estado está oferecendo a seus clientes, se estes são proibidos a ter livre acesso às suas contas?

Limitar os pedidos avulsos de extrato seria razoável, mas, logo depois de oferecê-los gratuitamente até três vezes ao mês, mandar cobrar Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) pela sua emissão, é imperdoável.

Esse fato ainda se agrava quando temos conhecimento de IMPONTUALIDADE na emissão do extrato mensal, pois, já estamos no dia 05 e até agora o extrato de setembro não chegou às mãos dos correntistas.

Não seria justa a emissão de dois ou três extratos gratuitos e cobrada a taxa apenas para os excedentes?

Será difícil a entrega dos extratos no primeiro dia útil de cada mês?

O Banco toleraria atrasos nos pagamentos de títulos descontados em idêntico período que retarda suas informações aos clientes?

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria dos Transportes, a conclusão, com pavimentação asfáltica, da Avenida das Araucárias, mais conhecida como Estrada Velha de Araucária, no trecho compreendido, a partir da Ponte sobre o Rio Barigui, na divisa de Curitiba com aquele município, até a altura do entroncamento da ligação da área industrial, ligando

com a BR-476.

A conclusão dessa ligação irá proporcionar uma substancial economia de combustível, uma vez que reduz em aproximadamente 7 km a distância atualmente percorrida por aqueles que necessitam chegar à Rodovia do Xisto com destino a Araucária e outros municípios que estão ligados a Curitiba, através da BR-476.

Por outro lado, com a adoção dessa medida, verificaremos uma grande redução no tráfego de veículos pela BR-116, especificamente no trecho compreendido entre o Km 8, no Pinheirinho até o início da Rodovia do Xisto, desafogando o congestionado trânsito da BR-116, pois grande quantidade de veículos com destino a Araucária e outros municípios, alcançarão a BR-476, partindo do Bairro do Portão, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, REQUER seja enviada solicitação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA —, para que a autarquia desenvolva todas as medidas necessárias à consolidação da Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná — COPROMA —, que teve movimento para sua criação e instalação durante os primeiros meses do ano em curso.

Todavia, vários obstáculos foram surgindo e até o momento a concretização da idéia está inviabilizada por problemas de ordem burocrática e regional, evidenciando a existência de fatores impeditivos estranhos à causa da agricultura, do problema energético e aos superiores interesses dos pequenos e médios agricultores daquela região.

Requer-se remessa de cópia deste, à Cooperativa Central Iguaçu Ltda. — COTRIGUAÇU —, para que também coopere no desenvolvimento da COPROMA, bem como à EMATER e Secretaria da Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação, determine a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", edição de 2 de outubro de 1.979, de autoria do General Iberê de Mattos, intitulado "O Brasil, os Judeus e os Árabes".

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 153/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o DIA DO POETA, a ser comemorado anualmente no dia 04 de outubro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Quando Vereador da Câmara Municipal de Curitiba teve a honra de apresentar projeto de lei criando o DIA DO POETA, a nível municipal. Foi no dia 07 de março de 1.978. No mesmo ano, no dia 29 de dezembro, o Prefeito Municipal sancionou a Lei n.º 5.973, criando oficialmente o DIA DO POETA.

Agora, estamos sugerindo aos Companheiros da Casa e pedindo colaboração no sentido de criar o DIA DO POETA, a nível estadual. É notório que o progresso irreal acabou matando um pouco a poesia, gerando desânimos e incertezas. Sentimos a necessidade de exaltar o trabalho dos poetas, pois o momento exige o culto àqueles inspiradores populares.

A data escolhida marca também, o dia de São Francisco de Assis, consagrado como "O Santo dos Poetas" ou "O Poeta dos Santos". Ele sempre incluía amor a tudo que era criado pelo próprio Deus, ganhando admiração e marcando como "O mais rico dos pobres" ou "O pobrezinho de Assis". Fica sendo este Santo, o patrono da data.

Nesta data, as escolas do Estado deverão motivar seus alunos para os trabalhos poéticos, promovendo palestras, encontros e debates sobre a poesia, com artistas locais e trabalhos diversos, despertando nos jovens o sentimento da poesia.

Lembrando uma frase do Presidente do Centro de Letras do Paraná, Academia Paranaense de Letras e Presidente perpétuo do ALJA Vasco José Taborda: "Poetas são como homens de sonhos, mas que também vivem a realidade dos tempos em que vivemos, sofrendo e rindo com toda a humanidade". O homem de hoje anda cansado de tudo e de todos. O homem cansado do dia-a-dia, da rotina, do estado civil, da vocação. O homem não soube divisar que a única coisa que não cansa é o AMOR e a POESIA.

#### PROJETO DE LEI N.º 154/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de BOURBÔNIA, no Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na barra do Rio das Lontras com o Rio Chupador; sobe por este até o ponto de encontro com a estrada Iretama-Campo Mourão; segue por esta no sentido de Campo até a bifurcação da estrada para Barbosa Ferraz; segue por esta até a divisa da Gleba Corumbataí, de propriedade de Nicolau Lunardelli; segue por esta divisa de Gleba até a divisa com o lote 2 da Fazenda Rio Formoso; segue por esta até encontrar o Rio das Lontras e por este até sua foz, no Rio Chupador, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

##### JUSTIFICATIVA:

Bourbônia já é, nos dias atuais, uma realidade constatável. Grandemente progressista, tem na sua laboriosa e dinâmica população uma garantia de que o atual e elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim acelerado.

Este projeto, portanto, é a primeira de uma série de medidas que podem e deverão ser tomadas para atender aos anseios e necessidades de Bourbônia.

#### PROJETO DE LEI N.º 155/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de valor equivalente a cinco salários-mínimos vigentes na Capital do Estado, a BRASILINO DE MOURA LEITE, que exerceu atividades de barbeiro junto à Polícia Militar do Paraná, durante 29 anos.

Parágrafo único — Em caso de falecimento do beneficiário, a pensão será transferida à esposa e, na falta desta, às filhas solteiras sem rendimento próprio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) JOÃO MANSUR

##### JUSTIFICATIVA:

O Senhor BRASILINO DE MOURA LEITE, durante quase 30 anos exerceu o mister de barbeiro da Polícia Militar do Paraná, onde trabalhou mediante módica retribuição dos usuários, em face das condições especiais de trabalho que aceitou, por solicitação e no interesse da Corporação.

Já impossibilitado fisicamente de continuar desempenhando suas atividades viu-se forçado a um retiro, sem qualquer compensação financeira, visto não possuir qualquer relação de emprego com a administração pública, não obstante haver emprestado a sua colaboração à Polícia Militar, por tantos anos.

Em idêntica situação, encontrava-se outro barbeiro da Polícia Militar, o Senhor Felipe Gomes Damasceno, o qual, através da Lei n.º 545, de 5 de janeiro de 1.951, foi beneficiado com pensão especial como compensação pelos numerosos anos de serviço.

Entendemos que as mesmas razões que motivaram, e com grande justiça, a concessão de pensão a Felipe Gomes Damasceno, autorizam a que propônhamos idêntica medida em relação a BRASILINO DE MOURA LEITE, que, após quase trinta anos de dedicados trabalhos na Polícia Militar do Estado do Paraná, agora, sem nenhum amparo financeiro na inatividade, deve merecer a atenção do Poder Público, como medida da mais lúdima justiça.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando o indispensável apoio e aprovação.

#### PROJETO DE LEI N.º 156/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE VIAJANTES DO OESTE DO PARANÁ" — AVOPAR —, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1.979.

(a) RENATO BUENO.

##### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação vigente, e tem por objetivo promover a defesa dos interesses da classe, sempre que esta for atacada, lançando mão dos meios necessários para sua defesa, assim como, acompanhar o processo em que se achar envolvido qualquer associado, para acompanhá-lo quando sua causa for justa e puni-lo quando comprovada sua culpa.

Promover em sua sede, o convívio social, zelar pelos interesses comuns da classe, manter convênios para descontos especiais em hotéis, estabelecimentos comerciais, industriais e hospitalares, organizar e manter biblioteca, editar jornal, revistas ou boletins.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência, comunica os Senhores Deputados, que hoje à noite, no Hipódromo do Tarumã, será realizada uma reunião turfística com jantar em homenagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Os Senhores Deputados que desejarem comparecer a tal evento poderão apanhar convites no Gabinete desta Presidência.

Concedo a palavra, no pequeno expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta oportunidade, para justificar a apresentação de um projeto de lei.

Todos os anos que ocupamos uma cadeira aqui na Assembleia Legislativa do Estado, apresentamos dezenas de projetos de lei, versando sobre os mais diversos aspectos da vida política, social e econômica do nosso Estado.

Mas o projeto que hoje temos a honra de apresentar à consideração dos nobres Pares, nos tocou profundamente e especialmente nesta hora de tanta omissão, quando fomos encontrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma plêiade de elementos dispostos ainda a lutar pelo interesse coletivo e o que é mais importante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esses elementos que vivem de salários, ainda se sacrificam fora de hora, para integrar uma Associação e para lutar no interesse do consumidor paranaense. A ADOC - Associação de Defesa e Orientação do Consumidor que conseguiu junto ao sindicato dos jornalistas do Estado do Paraná, uma sala e um telefone gratuitamente e vem exercendo as suas atividades há três anos, e que agora na próxima semana, haverá um encontro das Associações do Brasil aqui em Curitiba, a fim de formarem a Federação das Associações, agora já a nível nacional, com muito mais força para agir em favor do povo e na defesa da sua economia.

O nosso projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está vazado nos seguintes termos:

(Lê): "Fica declarada de utilidade pública a Associação de Defesa e Orientação do Consumidor - ADOC, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Justificativa:

A Associação que ora se pretende declarar de utilidade pública, foi resultado do presente plano de lei.

Desenvolve importante serviço à comunidade em nossa Capital, fundada que foi na cidade de Curitiba, em 26 de outubro de 1976. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos e que pretende defender, proteger e orientar os consumidores, no uso de seus mais legítimos direitos, bem como colaborar com as autoridades públicas no combate aos abusos do poder econômico e na repressão de crimes e contravenções contra a economia popular.

A exemplo de entidades similares já existentes em outras comunidades, a ADOC recebe reclamações, denúncias, sobre a má qualidade, preço exorbitante, ou enganos sistemáticos de peso, medidas ou embalagens de produtos e serviços.

O objetivo fundamental da ADOC é que cada consumidor devidamente orientado, se torne um fiscal e contribua de forma definitiva e decisiva no aprimoramento da indústria e na prestação de serviço, melhorando desta forma, com os trabalhos conjuntos, o respeito pelo consumidor e usuário.

Devidamente registrado em Cartório competente, sob o n.º 4.758, Livro 3, do 1.º Ofício, do Registro de Títulos e Documentos desta Capital, e com sede sita na Rua Cruz Machado, 66 - 9.º andar, conjunto 907, desta cidade.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos ilustres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e a necessária aprovação."

O que me chamou mais a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a constituição da presente Diretoria da ADOC, que tem como Presidente o Sr. Arnaldo... (Lê):

"RELAÇÃO DA DIRETORIA PARA EFEITO DE REGISTRO

#### 1 - PRESIDENTE

Arnaldo Alves da Cruz

Profissão: Jornalista - nacionalidade: brasileira.

Residência: Rua Dr. Murici, 45 - ap. 402 - Curitiba - PR.

#### 2 - VICE-PRESIDENTE

Alba Maria Carneiro

Profissão: Funcionária Pública - Nacionalidade: Brasileira.

Residência: Rua Francisco Torres, 515 - 2.º andar/6 - Curitiba - PR.

#### 3 - 1ª SECRETÁRIA

Maria Luiza Burtz Merkle

Profissão: Professora aposentada - Nacionalidade: Brasileira.

Residência: Rua Presidente Faria, 141 - apto. 61 - Curitiba - PR.

#### 4 - 2ª SECRETÁRIA

Shirlei Maria Train

Profissão: Relações Públicas - Nacionalidade: Brasileira.

Residência: Rua Benjamim Constant, 242 - apto. 404 - Curitiba - PR

#### 5 - 1.º TESOUREIRO

Zair Lourival Luiz Schuster

Profissão: Jornalista - Nacionalidade: Brasileira.

Residência: Rua Carlos Eduardo Pereira, 22 - Novo Mundo - Curitiba - PR.

#### 6 - 2.º TESOUREIRO

Tarás Schner

Profissão: Jornalista - Nacionalidade: Brasileira.

Residência: Rua Humberto Matana, 29 - Capão da Imbuia Curitiba - PR

#### 7 - DIRETOR GERAL

Lúcia Rita Gerbowski

Profissão: Jornalista - Nacionalidade: Brasileira

Residência: Rua Roberto Barroso, 868 - Curitiba - PR

#### 8 - DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Rosildo Portela

Profissão: Jornalista - Nacionalidade: Brasileira.

Residência: Rua Mateus Leme, 445 - apto. 14 - Curitiba - PR.

a) Arnaldo Alves da Cruz

Presidente da Associação de Defesa

e Orientação do Consumidor - ADOC"

Esta é a atual Diretoria da ADOC e que vem atuando em Curitiba com resultados extraordinários. Porque desses poucos anos de atuação, sem contar com resultados financeiros de qualquer espécie, já atenderam a oito mil reclamações e podemos afirmar com toda segurança, que mais de 50% dessas reclamações tiveram êxito e foram atendidas em favor do consumidor paranaense.

A Associação de Defesa e Orientação do Consumidor - ADOC, fundada em Curitiba, em 26 de outubro de 1976, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que pretende defender, proteger e orientar os consumidores no uso dos seus mais legítimos direitos, bem como colaborar com as autoridades públicas, no combate aos abusos do poder econômico e na repressão de crimes e contravenções contra a economia popular.

A ADOC quer que cada consumidor devidamente orientado, se torne um fiscal, contribuindo de forma decisiva no aprimoramento da indústria e na prestação de serviços.

Muito embora os recursos da ADOC sejam bastante minúsculos, dadas as dificuldades de implantação e adaptação, nesses primeiros dez meses de funcionamento, esta Associação recebeu queixas consideradas procedentes, contra mais de 150 empresas. Destas, pelo menos 50% tiveram soluções quase imediatas. Por outro lado, sendo constituída fundamentalmente por jornalistas, a ADOC vem desenvolvendo em Curitiba, intensa campanha de esclarecimento público, ainda que nem sempre reivindicue os méritos de tal trabalho. Em vista disto, inclusive, não resta dúvida que já está em formação uma consciência de defesa do consumidor, e as queixas que antes não existiam, têm se multiplicado. As autoridades passaram a se preocupar com o

problema e surgiram atenções de grande valia por parte de órgãos públicos municipais e estaduais.

A ADOC passou a ser, depois da fundação, um termo comum em Curitiba e os bons resultados já se fazem sentir, embora ainda em pequena escala.

Obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há 15 anos atrás fez-se uma Revolução neste País e um dos argumentos usados naquela oportunidade, era de que a soberania nacional estava ameaçada, porque o nosso endividamento externo atingia índices alarmantes. Devia a Nação brasileira, naquela oportunidade, dois bilhões de dólares. E tinha uma inflação a lhe corroer as entranhas da economia interna, na ordem de 92%.

Passados 15 anos e meio de um suposto milagre econômico, implantado por um sistema de arbítrio e de prepotência, vemos que no último mês de setembro, a inflação brasileira atingiu o índice alarmante de 7,96%, dando uma acumulada nos últimos nove meses de 79, de 49,1%. Dando uma acumulada nos últimos doze meses de outubro de 1978 a setembro de 1979 em torno de 60%.

E devemos atingir neste ano de 1979, ao somarmos o último trimestre, iremos atingir fatalmente o índice de mais de 70% de inflação.

E queria aqui, então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar o registro da falência deste sistema econômico implantado por uma ditadura, em 1964, que veio para promover a redenção nacional e o que vemos é a Nação à beira da falência, com uma inflação a lhe corroer as entranhas e está aí o falso milagreiro, que sempre denunciemos desta tribuna, a apregoar de que o culpado por atingir o índice de perto de 8% em setembro de 1979, foram os salários, reajustados nos últimos meses, dado aos trabalhadores brasileiros que, usando da única arma que eles têm na mão, que é a arma da greve, conseguiram reajustamentos para que não mais passassem fome, parte dos trabalhadores brasileiros.

Então, Sr. Presidente queria deixar aqui registrado que este sistema econômico está falido e que medidas urgentes nesta Nação, precisam ser tomadas, e que não fique aí o Ministro do Planejamento a dizer que o salário dos trabalhadores é culpado por essa inflação galopante que está a liquidar com a economia nacional.

E também, Sr. Presidente, queria, nesta oportunidade, registrar também desta tribuna, que o meu município, município que represento aqui nesta Casa, comemora no próximo dia 10, os seus 32 anos de emancipação política.

Campo Mourão, que é cognominada a Mesopotâmia do Vale do Piquiri-Ivaí, comemora 32 anos de emancipação política, e espera poder contribuir cada vez mais com o progresso deste Estado, e com o progresso desta Nação, muito embora ela esteja sendo dirigida por uma elite que está a lhe conduzir para a falência.

Então, Sr. Presidente, queria deixar registrado o 32º aniversário de Campo Mourão, que teve sua emancipação criada pela Lei n.º 2, de outubro de 1947. Campo Mourão, que tem 2.068 km<sup>2</sup>, Campo Mourão que tem 3.580 propriedades agrícolas; Campo Mourão que tem mais de 120.000 habitantes e que está de braços abertos a esperar todos os seus irmãos do Paraná e do Brasil, para que a visitem nesta semana de comemoração dos seus 32 anos de emancipação política.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, prezados colegas Deputados.

Hoje, faço um pronunciamento que gostaria de ter feito ontem. Mas ontem, não tivemos sessão, aí fiquei impossibilitado de pronunciar-me a respeito do Dia do Poeta, que é comemorado no dia 04 de outubro, dia também de São Francisco de Assis, Santo dos Poetas.

Ontem, dei entrada e deverá ser votado, pelo menos receber apoio dos prezados colegas, um projeto de lei que institui o Dia do Poeta, no Paraná.

E peço que essa data seja comemorada sempre no dia 04 de outubro, com motivação das escolas do Estado, com trabalhos sobre a poesia, com exaltação aos poetas paranaenses, enfim, tudo o que diz respeito à Poesia.

(**Lê**): “Um padre chegou perto de mim e disse: “Vou largar tudo e vou casar”. Eu lhe falei: “Logo você vai me procurar e dizer que está cansado da vida de casado”.

Um homem casado me procurou e disse que queria trocar de mulher e eu lhe disse que não passaria muito tempo e ele me procuraria dizendo que essa também o havia cansado.

Uma freira disse que deixaria a Congregação e passaria a viver de aulas em Colégio. E eu, teimosamente, lhe disse que ela também se cansaria das aulas e das alunas.

Um velho queria voltar à infância, um adolescente queria ser jovem, um jovem não queria ter nascido, um abortado queria ter tido a graça de não ter uma mãe Herodes.

Um mecânico queria ser engenheiro, um engenheiro queria ser dentista, um dentista queria ser médico, um radialista queria ser advogado, um advogado queria ser fazendeiro.

Isso mostra que o homem está cansado do estado civil, da vocação. Está cansado de tudo e de todos. O homem está cansado do dia-a-dia, da rotina. O homem não soube divisar que a única coisa que não cansa é o AMOR, é a POESIA.

Não percebe que se fizer com amor o conserto do carro, a construção, tudo enfim, não se cansará nunca do que Deus lhe ofereceu.

A poesia é marcante na vida do homem e auxilia a humanidade a viver mais feliz. Desperta o homem para o tempo que se evapora, encaminhando todos, a longo ou curto prazo, para a morada eterna. Por isso, devemos aproveitar, ponto por ponto, preparando-se para o Encontro Final.

Assim como o pobre não acaba, o AMOR não cansa e a POESIA não envelhece.”

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lê**): “As medidas adotadas pelo Governo, fechando os postos de gasolina, aos sábados e domingos, em determinadas áreas, foram recebidas pelas respectivas populações com justos protestos, face aos sérios problemas que iriam acarretar, como de fato estão.

Aí está o litoral paranaense, especialmente as praias, cuja população sobrevive pelas rendas advindas do turismo, dando o seu grito de desespero.

É que o turismo, para os que ali vivem, é uma questão de sobrevivência e não de luxo, por isso, não podia, senão por absoluta ignorância dos problemas do povo ou insensibilidade, ser impedido o normal funcionamento dos postos de gasolina, principalmente em fins de semana, quando se verifica o afluxo de gente para o litoral, em busca de seu justo lazer.

Retirar, pois, nessa oportunidade, as condições de exercer as suas atividades econômicas a que se propuseram as populações litorâneas, é atirá-las a uma situação de penúria.

Creio eu, que seria até dispensável este meu posicionamento, porquanto outros representantes da região litorânea já se pronunciaram nesta Casa, interpretando os justos anseios dos atingidos por essa aberrante medida governamental. E até tive oportunidade de subscrever um requerimento do nobre Deputado Nelson Buffara, nesse sentido. É que pretendo, Sr. Presi-



dente e Srs. Deputados, ampliar o apelo já anteriormente feito por representantes do povo nesta Casa de Leis, acrescentando que, não só devem funcionar normalmente os postos de gasolina no litoral todos os dias, inclusive sábados e domingos, porque nestes dias é que as oportunidades se apresentam àqueles que exercem atividades econômicas na região, compreendendo, além das praias de Guaratuba, Caiobá, Matinhos, mas também, a praia de Leste e tantas outras praias que existem no litoral paranaense, e que são dignas de receber os turistas.

Não vejo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em que isto possa afetar a política de contenção de gastos de combustível, em cuja economia é alardeado o empenho do Governo, pois, temos certeza de que esse consumo de gasolina no litoral nada representa, se formos comparar com os gastos inúteis que vêm sendo feitos pelos homens que ocupam o Poder neste País, voando daqui para lá e de lá para cá, desnecessariamente, fazendo despesas enormes às custas do bolso do povo!"

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Para nossa surpresa, o assunto que me traz à tribuna está sendo reforçado por todos os pronunciamentos já feitos nesta Casa, nesta manhã de sexta-feira. Vem colaborar na tese que aqui haveremos de desenvolver, que diz respeito a que, o Governo, equivocou-se ao trazer para a Nação toda, a preocupação de possíveis dificuldades e crises de ordem política.

Como que querendo enganar os próprios políticos, porque a crise de fato que se está sentindo, e a maior dificuldade reside exatamente, no campo econômico, e, ela se fundamenta no erro fundamental feito pelo Governo da Revolução de 1964, que foi a opção que esse Governo fez, por um modelo de desenvolvimento econômico dependente, quando podia, com as mesmas forças, na época, optar por um modelo de desenvolvimento autônomo e estaria salvo assim, do desgaste político que está sofrendo, e da dificuldade de encontrar uma solução. De nada adianta a teimosia do Presidente Figueiredo, querendo salvar esse modelo econômico já falido, pois a sua economia de guerra está a provocar uma verdadeira guerra na economia popular.

(Lê): "A ECONOMIA DE GUERRA DO GOVERNO ESTÁ A PROVOCAR UMA GUERRA NA ECONOMIA POPULAR.

Não entendemos mais onde quer chegar o governo revolucionário, com a chamada economia de guerra, quando a maioria dos brasileiros, gente humilde e cheia de esperanças, além do espírito patriótico, mas com a barriga vazia quando não, aparentemente cheia, mas de esquistossomose, ouve o governo anunciar a denominada economia de guerra, quando na verdade aumentam os números de favelas nas grandes cidades. Aumentam os contingentes de desempregados e "bóias-frias" em todo o País, enquanto se anuncia novos aumentos nos preços de gêneros alimentícios, nas passagens de tarifas rodoviárias.

Enquanto isso, nós brasileiros de renda média, paramos em frente a um supermercado e, antes de entrar nas dependências do mesmo, contamos o saldo positivo que possuímos; os assalariados começam a passar fome, sendo, inclusive, proibidos sequer de passar em frente a um supermercado, a um açougue, a uma padaria, isto para não falar das farmácias que passam a cada dia, a transformar-se em local proibido para os menos favorecidos, já não diremos pela sorte, mas pela péssima política salarial deste governo.

Entendemos que a fome está a assaltar a maioria dos brasileiros. O desemprego já se torna uma arma ameaçadora, inclusive para os mais instruídos. Aqueles que buscam uma solução de emergência nos grandes centros, acabam por marginalizar-se em poucos dias, devido a precária situação alimentar,

financeira e de recursos para a busca de tratamento de saúde. Mas, enquanto isso tudo acontece, o governo promete maravilhas, sendo que ao final de cada 30 dias, está sobrando cada vez menos no bolso do trabalhador.

Para aquele que busca um emprego, a cada dia que passa lhe resta menos esperança. E assim a situação vai piorando.

E, diante deste problema grave e sério, surgem novos aumentos no preço dos veículos, do cigarro, do leite etc...

Brasileiros que afirmam não ter hoje em dia sequer um lugar para morrer, assistem este País vender terras a estrangeiros e, sentem-se mal tratados e marginalizados.

Onde está a Reforma Agrária?

No campo político inicia-se a fase de provocações, do desrespeito e dos acontecimentos extra-políticos em vários setores. Onde está a mudança prometida pelo atual governo federal? Por quanto tempo ainda haveremos de ficar nessa área política da publicidade de que o João "garante"? Garante o quê? A violação, o desrespeito que surge no caso da extinção das atuais siglas partidárias?

A ameaça foi lançada. Os cavaleiros da justiça verde-amarela começam a cavalgar novamente lançando imposições. Começam a tocar com mão-de-ferro a ferida ainda mais aberta no peito de cada um de nós.

Não somos pessimistas, mas o governo com sua atual política está fazendo com que este País caminhe para a "frente", sim, mas para frente do espelho.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tive a oportunidade, no mês de maio, mais precisamente, no dia 29 do ano em curso, de apresentar um simples requerimento a esta Casa, para que se enviassem votos de solidariedade e apoio, à então recém criada Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná - COOPROMA, sediada em Terra Roxa, neste Estado, tendo por objetivo primordial, o desenvolvimento da cultura especificada, bem como subprodutos, numa medida, com resultados sociais e econômicos expressivos, uma vez que acreditávamos que, tal cooperativa, não viria se desviar das premissas doutrinárias, que implicam no verdadeiro sistema cooperativo. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fatores estranhos estão ocorrendo para que se consolide a CÔPRAMA - Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná, sediada em Terra Roxa. Até o presente, por mais incrível que possa parecer, tal cooperativa, mesmo instituída, não conseguiu na prática se viabilizar, enfrentando obstáculos no setor burocrático e inclusive com fatores regionais, implicando na tentativa de inviabilizar tal iniciativa de agricultores e cidadãos do Oeste paranaense.

Estranhemos e ficamos até perplexos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que tais fatores impeditivos demonstram efetivamente criar obstáculos à causa da agricultura, do próprio problema energético, e o que é mais grave, aos superiores interesses dos pequenos e médios agricultores daquela região.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos fazendo um requerimento para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia responsável pela coordenação e fiscalização do sistema cooperativo no Brasil, tome uma posição séria e definitiva para que se instale, de uma vez por todas, a Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná.

Todos sabemos que no momento atual em que se fala tanto na resposta alternativa ao problema energético, quando o Paraná, passa, através das diversas secretarias e do próprio Governo

do Estado, a fazer referências ao problema do homem, e em especial ao homem do campo, com o grande contingente do "bóia-fria"; com o grande contingente de pequenos produtores rurais, diante de um quadro terrível e angustiante de se possuir uma das piores rendas "per capita" do homem do campo do Brasil, aqui no Paraná, nós vemos, uma cooperativa que poderia dentro dos ditames doutrinários e filosóficos, do verdadeiro cooperativismo, atender aos interesses maiores desses pequenos agricultores, diversificando a agricultura, criando mais um meio produtivo e também de ganho a diversas famílias do Oeste do Paraná; ao mesmo tempo em que se estaria dando uma resposta regionalizada ao problema energético, nós vemos diversos obstáculos serem colocados no caminho desta instituição que está na sua fase apenas inicial.

Por esta razão, não entendo como que o INCRA, a própria COTRIGUAÇU, que é a Cooperativa Central Iguaçu, de toda aquela região, bem como a Secretaria da Agricultura do Paraná, e a própria EMATER, estejam, até o presente momento, não dando total acolhimento a esta pretensão dos pequenos e médios agricultores da região oeste.

Fica aqui esta solicitação; e mesmo este requerimento, para que esta Casa dê apoio a esta iniciativa e também requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da Coordenadoria Regional, que dê o necessário apoio; apoio burocrático legal e inclusive de assistência, para que a cooperativa se efetive e consiga se consolidar naquele meio produtivo do nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesse instante, quando a própria Casa do povo do Paraná, esta Assembléia, faz uma CPI do cooperativismo, buscando encontrar os desvios desse sistema e também de encontrar os aspectos positivos, nós não podemos, de nenhuma maneira, nos calar, quando uma iniciativa de escol e de importância social e econômica como esta, está enfrentando tropeços, desde sua instituição até sua concretização inicial.

Fica a nossa manifestação e este requerimento, e tomara as entidades evidenciadas, que a própria Secretaria da Agricultura, EMATER, INCRA e COTRIGUAÇU, possam desenvolver trabalhos, objetivando concretizar efetivamente a Cooperativa dos Produtores de Mandioca do Oeste do Paraná, a COPROMA.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra, no horário reservado ao MDB, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quinze anos de ditadura fizeram entortar a boca talvez até dos mais bem-intencionados, entre os quais talvez esteja o próprio Presidente Baptista de Oliveira Figueiredo.

O Presidente, ontem, em Itajubá, resolveu novamente, tal qual um titã, ditar normas para o povo brasileiro. Novamente mais Chefe do SNI, menos Presidente da República, ele, que está empolgado pelo populismo, populismo barato, resolveu estender novamente a mão.

Não se sabe se esta mão está aberta ou se está fechada, contendo dentro, na sua palma, algum frasco de sicuta para envenenar mais o povo.

E o que transparece do seu discurso, transcrito hoje na "Folha de São Paulo", é exatamente que nós temos mais um Chefe do SNI e menos um Presidente da República: acena com pluripartidarismo e repito as suas palavras, ao falar sobre pluripartidarismo. Assim falou o Presidente: "É somente esta convicção me move neste sentido, e ao fazê-lo, desejo abrir a possibilidade de que se formem tantos partidos quantas forem as tendências que a lei o permitir." Realmente, quem olhasse apenas este texto do discurso, estaria vendo, talvez, menos um Chefe do SNI e mais um Presidente da República.

Mas é público e notório, neste País, que a reforma partidária se faz de cima para baixo, com o único intuito de man-

ter aqueles que já estão no poder, por mais alguns anos.

E as discussões estão aí, não apenas no MDB, multidivido que nós o sabemos, por congregar diversas tendências, mas também próprio Partido do Governo, no Partido que o Presidente tem feito questão em dizer ser o seu Partido, nós vemos como se procura por em camisa de força, aqueles elementos que querem achar novos caminhos partidários.

Como disse, se lêssemos apenas este trecho do seu discurso, talvez pudéssemos achar que tínhamos um Presidente e não um Chefe do SNI.

Mas, o que diz depois, o Sr. Presidente: "Daí, porque, eu concito os meus companheiros, brasileiros de todas as tendências, que esqueçam as suas rivalidades regionais, que ouvidem pelo menos momentaneamente, as querelas políticas, as injustiças até estas que tenham sofrido. Engavetem os agravos de que tenham sido vítimas, para se unir a nós, para formarmos um partido que apenas terá uma meta: fazer com que lá no Congresso, a voz do povo se faça ouvir, e fazer com que esta minha determinação de redemocratizar o País, possa vir pela linha mais fácil, como disse, pela linha mais suave, com as menores dificuldades."

Convenhamos, Srs. Deputados, é a vontade do império, "é a minha vontade de redemocratizar o País". É o ÚNICO PARTIDO que estará lutando pela redemocratização do País?

Mas, é ele mesmo que afirma antes, defender o pluripartidarismo. E como será que ele pode afirmar que apenas o Partido dele, os homens que integrarem o Partido dele farão redemocratizar o País?

Não, Srs. Deputados, nós também, que pertencemos a outra corrente, desejamos e temos lutado, nestes últimos 13 anos, pela redemocratização deste País. Temos razões, inclusive, para não esquecer o passado. Porque, quem foi torturado por homens do SNI, inclusive, não esquece tão facilmente o passado.

E é o Chefe do SNI que continua: "Desejo esquecer, inclusive, as origens daqueles que possam me apoiar, porque irão apoiar não a mim, mas a democracia."

A ele é fácil esquecer, porque desde 1964, está no poder. Mas, àqueles que sofreram as torturas nas prisões, as coisas ficam mais difíceis.

Gostaria de dizer ainda que, mesmo aqueles que sofreram torturas nas prisões, mesmo aqueles que foram marginalizados na própria Pátria, tenho certeza, antes de mais nada, são brasileiros e estarão dispostos a continuar, não a luta individual pela redemocratização, não a minha luta, mas a luta do povo brasileiro. E darão apoio a todas as medidas que forem para redemocratizar o País.

Mas, Sr. Presidente, pelo amor de Deus, pelo seu amor a esta Pátria, esqueça suas origens e passe a ser Presidente de todos os brasileiros e não apenas daqueles que se agregarem ao seu partido, "ao meu partido", como diz ele, em seu discurso.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que está fazendo.

Ouvi também parte do pronunciamento do Presidente da República, pedindo que esquecessem as querelas. Mas, quem surrou como ele surrou, durante estes quinze anos, pode esquecer. Mas, quem apanhou, durante estes quinze anos, não pode esquecer.

Mas, ilustre Deputado, queria dizer a Vossa Excelência que jamais posso acreditar nessa gente. Porque, durante estes quinze anos eles não cumpriram nem o que escreveram, quanto mais o que disseram.

No primeiro ato que eles baixaram, após a Revolução, prometeram que haveriam de manter a Constituição de 46 e a democracia viva, neste País. Entretanto, impuseram uma ditadura ferrenha, sobre os brasileiros, massacraram os brasileiros



durante esses quinze anos. E todas as juras que eles têm feito, todas elas têm sido descumpridas.

E, por ontem ter sido "Dia do Poeta", gostaria de citar Rubayard, sobre a amante infiel que escreveu a sua jura de amor, numa pétala de rosas. E veio o pássaro, levou a pétala e a jura também.

É essa jura que eles têm feito: o pássaro levou a jura que eles fizeram numa pétala de rosa.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ -- Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, queria, mais uma vez, parabenizá-lo por esse brilhante pronunciamento. E lembrar que essa mão estendida, realmente traz uma sombra muito grande, traz muita neblina, porque, é fácil estender a mão, tendo à frente um pastor alemão seguro por uma corrente. Ninguém chega à mão.

A verdade é que o Presidente Figueiredo, há seis meses atrás, usava óculos escuros e torturava atrás do SNI. Hoje, usa óculos claros e ainda tem o Said Farhat a lhe proporcionar um esquema, um aparato todo movimentado, para que ele tenha uma imagem popular. Mas, essa imagem popular não está durando muito, porque o povo está sentindo, na barriga, o ronco da fome, da miséria, do custo de vida, da inflação que, a cada dia, é mais galopante.

Enquanto que as posições, que vêm beneficiar o trabalhador, ficam engavetadas. Fala-se em revisão de salários, mas, na verdade fica apenas no estudo esse tipo de revisão; fala-se em 13.º para o servidor, mas o servidor público federal também está aguardando e a gaveta continua cheia de papéis, que ficam a mojar.

Nós queremos, apenas, deixar registrado este depoimento, dizendo que, o Presidente pede para esquecer. É muito fácil pedir para esquecer, esquecimento mútuo; agora, quando Walter Pecoits olha no espelho todos os dias na sua casa, vai esquecer, como? Ele não tem uma vista, foi o esquema do Governo, os torturadores do Governo que lhe roubaram uma das vistas, hoje, ele está cego de uma das vistas e, como é que ele vai esquecer, quando olha para o espelho? Como é que a mulher de Herzog vai esquecer, como é que ela vai perdoar se, a cada dia que levanta, olha para seus filhos que não têm pai; como é que um Alencar Furtado vai esquecer a injustiça de uma cassação absurda? Então, é difícil, a interrogação fica. Falar em esquecimento é muito fácil, mas, para quem torturou. Para os torturados, é muito difícil, ilustre companheiro.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, sem discordar do seu brilhante e oportuno pronunciamento, gostaria de dizer que, me parece que o General João Baptista Figueiredo até foi muito feliz em falar em "minha democracia", "democracia que eu quero", porque ele não representa o povo, ele não foi eleito pelo povo! Como é que ele vai falar da democracia do povo, que o povo quer? Não tem sentido falar assim, ele tem que falar em "minha democracia". Em outra ocasião ele falou inclusive em "democracia que meu pai me ensinou". É lógico que ele tem que colocar em nível familiar, porque tudo se passa nos termos de herdeiro para herdeiro, de pai para filho e jamais se respeitar o povo, ele sempre foi acostumado a pisar em cima do povo, portanto, não pode falar em nome do povo! Ele não é o Presidente do povo. Eu acho, até, que ele foi muito feliz em dizer "minha democracia", no entanto, a nossa luta continuará, para pleitear a democracia do povo, não, dada por um Presidente da República, um homem só, mas, a partir de uma Assembléia Nacional Constituinte convocada com todas as liberdades democráticas!

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Esse problema da pessa em que se colocam os adjetivos, é muito importante.

Lembro Jânio Quadros quando, em seu livro, afirma: "quando eu quero impor, eu falo na primeira pessoa; quando eu quero pedir, eu falo na primeira pessoa do plural; quando eu quero impor, eu digo "eu", quando eu quero pedir eu digo "nós".

Isto reflete bem o Chefe do Gabinete do SNI, quando fala em "minha democracia", em "meu Partido", esquecido que, por este Brasil afora existem divergências de ideologia dentro do seu próprio Partido, divergências de métodos que devem ser respeitados? Nós achamos até que esta reforma partidária poderia conceder grandes benefícios, eis que, quem não sabe que na nossa própria bancada diversos pensamentos existem? Quem não sabe que na bancada da ARENA diversos pensamentos existem? Mas, que fosse uma coisa natural!

Quem não se lembra, neste País, de um Partido que lutou desde as bases para se transformar em Partido, e que, hoje, foi completamente abafado, com mais de 2 milhões de assinaturas, e que tinha um programa inclusive, registrado, e nisto ninguém mais fala. Não! O importante é fazer partidos de tal maneira, que, tenhamos o maior, não importando que nesse maior — e é ele quem o diz — as tendências sejam as mais — lembro até o velho Prestes que, depois de ficar sob a ditadura de Vargas durante anos e anos dentro das piores condições, preso, depois de ter visto a sua mulher ser entregue aos nazistas para ser exterminada na Alemanha, ele, alguns anos depois, viu-se de braços com Getúlio no estádio do Vasco, porque dizia que o Partido era mais importante do que ele. Agora, vem o Sr. João Baptista Figueiredo, talvez abrindo caminho ao Brizola, sei lá, ou ao Arraes, ou àqueles que eles combateram até ontem! O que se está fazendo é mais uma casuística, e eu explico, parodiando um comentarista político que disse há dias atrás no "O ESTADO DE SÃO PAULO" se não me falha a memória, quando pedia que o Sr. João Baptista Figueiredo assumisse a Presidência da República, de uma vez por todas, porque até hoje ele não assumiu, ele está, é fazendo a parte festiva da comemoração da posse, e ainda não assumiu, e eu espero — e apenas para terminar, Senhor Presidente — que o dia que ele assumir realmente a Presidência da República deste País, ele receba, pelo menos, relatórios como este, que em julho deu a seguinte estatística sobre o povo brasileiro, das cinco principais capitais do País, da "Leastening Post".

A pergunta era a seguinte: o custo de vida vai subir? E as respostas foram as seguintes: 61%: vai subir muito; 27%: vai subir um pouco; 10%: vai ficar como está; 2%: vai baixar um pouco.

Vejam, Senhores Deputados, depois da euforia Delfiniana, sai o Simonsen, o homem responsável por tudo e entra o Delfin e a inflação foi a 7,89. Entra Delfin e a inflação vai a 7,89%. Por isso, o dia em que o Presidente realmente, deixar o SNI e assumir a Presidência da República, ele que olhe para esses dados, quando 61% dos brasileiros responderam que vai subir muito e infelizmente, tiveram razão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ruben Valduga.

O SR. RUBEN VALDUGA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Efetivamente estamos vivendo um tempo novo e de renovadas esperanças. Nos aguarda um outro tempo que será resultante daquilo que tivermos coragem, dedicação e a paciência de formular e de plasmar.

Um tempo novo comporta reformulação de métodos de ação e também reformulação de raciocínio e de visão das coisas deste nosso universo brasileiro, do qual fazemos parte.

O que se vê HOJE, não era crível há bem pouco tempo. A própria abertura política era vista com reservas e ceticis-

mo. Não fossem os variados agentes de pressão atuarem sistematicamente e organizadamente, por certo não estaríamos respirando uma situação melhorada. O sistema político sensibilizou-se e acabou absorvendo a influência da demanda popular.

Conhecemos ao longo dos anos, vários tabus que pareciam definitivamente incorporados ao nosso cotidiano a ponto de nos valermos deles como se fossem instituições.

Ontem estivéramos sob a égide de poderoso instrumento de exceção, o Ato Institucional n.º 5. Suponhamos-nos até tangidos "ad eternum" ao aprisco do medo, da inimizade fraternal, da insinceridade ideológica, e, pior de tudo, da atrofia intelectual promovida pela mais odiosa de todas das censuras: a auto-censura.

De nada vale nos desculparmos pelo que deixamos de fazer, nem cabe nos vangloriarmos pelo já feito; pois muito ainda resta a percorrer no rumo da normalidade integral, aí compreendida a sintonia desejável entre os sistemas e as classes.

Assim, é evidente a dessintonia entre o sistema econômico da nossa realidade, já titular em alto grau de sofisticação e alcance teórico e a sistemática política, em geral ainda imberbe.

Algumas classes sociais já amadureceram um pouco, o suficiente para pleitear por si as benesses de sua produtividade, direito inalienável de quem produz, e também razão absoluta do equilíbrio da sociedade. Apreenderam tais classes com o inegável auxílio do acesso à informática moderna e disponível, algumas nuances e sutilezas do jogo político-social.

Nossa augusta Casa conheceu, nos albores desta legislatura, uma situação fática nova, que a alguns tomou de surpresa e a outros de estupefação. Foi o belíssimo exemplo do movimento dos metalúrgicos do ABC, ao qual não faltou coordenação, disposição e tampouco serenidade.

Outros segmentos da sociedade brasileira evoluíram rapidamente em sua conscientização e vivem realmente melhores dias, ainda que de lutas e de esperanças; é o caso dos estudantes, a quem esperamos não falte colaboração e compreensão.

Alguns quedam, entretanto, ilhados na desinformação e na ignorância, com sinais de deteriorações de procedimento.

Coisa grave para um País que quer viver a democracia e ver seu povo, todo ele, integrado em liberdade.

Falo dos agricultores.

É necessário lembrar que a economia do Brasil foi e é basicamente primária. Também é desnecessário reafirmar que o Paraná contribui com mais de um quarto da produção brasileira de produtos agrícolas. Até bem pouco nossas exportações eram calcadas quase que exclusivamente de café, sendo o café ainda, individualmente a maior fonte de divisas do Brasil.

Desta forma, há que se afirmar ser o café nosso principal produto. Todavia, é o café o produto agrícola mais discriminado neste País.

Recentemente, entretanto, reascendeu-se uma pequena luz no rumo que devem se conduzir os cafeicultores para eliminar seus males, males estes que transcendem à toda sociedade.

Tem-se dito por vários e vários anos que o maior inimigo do café e da cafeicultura não é a praga, a broca, o bicho mineiro, a ferrugem, a geada e a seca. Todas estas adversidades os cafeicultores as enfrentaram estoicamente e as tem vencido. Nesta luta o cafeicultor envelheceu, depauperou-se, viu seu solo calcinar, muitas vezes o suor do seu rosto derramado em vão e seu corpo cançado, mas não esmoreceu porque efetivamente o agricultor não tem o direito de esmorecer, o agricultor não sabe esmorecer.

Por isso, o agricultor prepara-se agora para enfrentar o seu maior inimigo: O CONFISCO CAMBIAL.

Quando disse que existem sinais de deterioração de procedimento, cito como exemplo da transformação de seu tradicional estado pacífico e até passivo em atos que incubam a dúvida de que assim continuarão, se não houver de parte de todos os responsáveis por este País um esforço para modificar

a visão das coisas e reformular o sistema de tratamento da cafeicultura.

No dia 22 próximo passado, realizou-se em Londrina um encontro de cafeicultores de todo o Brasil, patrocinado pelas Associações de classes. Neste encontro, ouvimos a seguinte expressão de um agricultor:

"— Olha, não fui convidado para a reunião. Mas sabendo dela eu vim participar. Eu sou de São Sebastião do Paraíso. Nós precisamos do apoio dos cafeicultores lá da nossa região e queremos iniciar um movimento igual ao de vocês.

A nossa intenção é justamente essa: de nos entrincheirarmos dentro de nossa propriedade, inclusive bloqueando as estradas que passam por elas. Com o apoio dos pecuaristas e agricultores deste Brasil todo, vamos para dentro das nossas propriedades com os tratores, arados, carretas, etc., até as criações e tudo com que poderemos impedir a estrada. Na França, por exemplo, queriam cobrar o adubo do agricultor francês. Mas quando eles bloquearam as estradas, a lei não durou 24 horas. Aqui nós também temos que tomar medida igual a essa: ou tira o confisco ou vamos para a estrada... Do jeito que está sendo feito não dá resultado, o confisco existe desde 1954 e vai alcançar o ano 2000 se ficarmos quietos." (FOLHA DE LONDRINA de 29.09.79).

Vejam, Senhores Deputados, que por traz dessa declaração que tanto pode caracterizar-se como uma revolta humilde, como também numa atitude de desespero, está contido o desejo de lutar pelo que é seu, de lutar pelo produto de suas lavouras.

É importante que esta Assembléia de representantes do povo compreenda o drama e se integre na luta pela derrubada do confisco cambial pelos meios de que dispõe.

O confisco cambial primeiramente é uma medida constitucional, pois que se trata de um tributo, o mais alto do País, e não amparado em lei. Foi criado por simples instrução e tinha a finalidade de sustentar o mercado externo, que à época, em 1974, era grande. Na época o Brasil participava de 56% de todo o mercado mundial, contra uma posição atual de 23%."

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. VALDUGA — Concedo o aparte ao Deputado Benedito

Pinto Dias que tem sido, aliás, com justiça, um dos Deputados mais atuantes, juntamente com Lázaro Dumont e também o nosso amigo, Deputado Fiori Luiz.

É com muita satisfação e muita honra que concedo o aparte ao nobre Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Agradeço as referências que Vossa Excelência faz, nobre Deputado Ruben Valduga e quero me solidarizar com seu pronunciamento que, além de oportuno, é dos mais justos.

Tive a oportunidade de ouvir, lá naquela reunião em Londrina, o pronunciamento feito por aqueles líderes da cafeicultura, do Estado de Minas Gerais.

Nobre Deputado, Vossa Excelência é da região de café. Londrina, o Norte do Paraná, surgiu, cresceu, desenvolveu, em função dessa atividade agrícola.

É muito triste para nós paranaenses, principalmente para nós da área da agricultura, quando se reivindicava, quando se luta, quando se pleiteia das autoridades, uma atenção melhor com relação ao tratamento que se está dando hoje, à comercialização da cafeicultura brasileira.

Eu estou retornando, nobre Deputado, de Paranaíba, onde, visitando alguns agricultores, com muita tristeza, ouvi de dezenas de cafeicultores, a manifestação de que ainda são cafeicultores, porque eles não têm a condição de sair, eles ainda permanecem nesta atividade porque têm compromissos com família, têm compromissos com infra-estrutura, que as propriedades necessitam, como secador, terreiro, tulha etc.

Mas, o que foi mais evidenciado que eles não abandonam esta atividade, apesar destas condições, é porque o compromisso

que há com o Banco do Brasil é muito grande, e eu ouvi várias vezes de cafeicultores, que, se hoje o Banco do Brasil os liberasse de seus débitos, eles partiriam imediatamente para outras atividades.

E há, na agência de Paranavaí, vários cafeicultores que o seu custeio agrícola vem sendo prorrogado desde 1.972.

E hoje, quando as autoridades comercializam o café pelo preço que todos sabem, que todos conhecem lá foram, por uma soma quase cem por cento a mais daquela que é dada ao produtor, não há palavras, não há manifestação que se possa evidenciar a tristeza, a estranheza desta alta desconsideração que se está dando ao produtor de café brasileiro.

Nobre Deputado, eu não sou financista e não entendo de comercialização internacional, mas o que me parece é que o Brasil, hoje, não passa de cobaia para os produtores de café de outros países, principalmente dos países sulamericanos, porque a Colômbia, por exemplo, está, a cada ano que passa, aumentando a sua porcentagem na comercialização exterior, na comercialização internacional. Enquanto o Brasil vem perdendo a sua porcentagem, perdendo a sua produção, estes países estão aumentando.

Então, nobre Deputado, quero me congratular com o seu pronunciamento, e gostaria até que esta Assembléia Legislativa, através das Lideranças da Oposição, que tem Deputados brilhantes e preocupadíssimos com esta situação, que com a Liderança da ARENA somassem esforços, para que se saísse daqui do Paraná, um alerta, que é dos mais sérios, porque, na minha concepção, o Brasil vai ficar apenas com o preço do café nem com o mercado lá fora, nem com a produção interna.

Muito obrigado.

O SR. VALDUGA — É verdade, Deputado Pinto Dias, e nós temos, todos os Deputados, mesmo aqueles que não são de regiões cafeeiras, devem entender que ainda é o produto que dá sustentação básica, ou em maior porção à nossa economia, e é, sem dúvida nenhuma, o autor do início do desenvolvimento, da colonização do Paraná. E o Paraná é um Estado que tem gente que sabe plantar café.

Tem gente que aprendeu e domina a técnica da cafeicultura. É essa gente, se perder a sua atividade, não adianta formar outras atividades, plantar outras culturas alienígenas, uma coisa diferente, porque não vai ter o mesmo resultado, porque o cafeicultor paranaense tem tradição, e essa tradição tem que ser preservada.

O Sr. Pinto Dias — Sr. Deputado, duas palavras, para complementar: esse famigerado confisco cambial, injusto, está hoje proporcionando, é o principal responsável pelo número fantástico de bóias-frias que o Brasil e o Paraná têm.

E essa posição que citamos aqui, do compromisso financeiro dos cafeicultores com o Banco do Brasil, se esse quadro de hoje permanecer, com relação à comercialização de nosso café, dentro de 3 a 4 anos, nobre Deputado, infelizmente, e com tristeza, o número de bóias-frias vai dobrar, principalmente no Paraná. Porque, a desativação da cafeicultura é tão grande que essa gente só tem que vir para a cidade à busca de fazer não sei o quê.

O SR. VALDUGA — Obrigado, nobres Deputados.

(Continua lendo): "Ultimamente é sabido que o café tem servido para fortalecer o caixa e suprir os descaixes do nosso tesouro. Vende-se café quando se precisa de dinheiro.

A maior parte desta operação, ou seja US\$ 143 por saca, (cinquenta e sete por cento do valor total da venda), fica para o Governo. O restante, é do agricultor.

A situação é tão dramática que verdadeira não fosse, seria risível e ridícula. Estes dados dispensam maiores comentários.

Por isso, voltamos a lembrar que o café no Brasil é uma árvore cansada, precisando urgentemente de melhores tratamentos culturais e que o agricultor não tem condições de provê-lo,

nas atuais condições. O resultado desta anomalia é o abandono da lavoura cafeeira por outras culturas, até que suceda a sua eliminação total, e dentro em breve nossa história registre o fim do ciclo do café, como registrou o fim do ciclo da erva-mate e da borracha, e então, desaparecerão os responsáveis por esta tragédia.

Antes que ocorra esta catástrofe, temos que nos dar as mãos e lutarmos todos organizadamente, para que se elimine o confisco cambial e devolva-se o café ao cafeicultor. O Governo terá a responsabilidade de coordenar uma maneira de sustentação dos preços, pois que o Governo deve servir aos interesses do povo e amparar a classe que produz.

No dia que a cafeicultura puder retomar o seu rumo e usufruir da sua produção, teremos eliminado vários problemas sociais. Assistiremos o retorno dos bóias-frias às atividades permanentes da agricultura. Também temos certeza que será sustada a corrida de desempregados aos grandes centros urbanos, criando situações caóticas para as quais não temos remédio nem meios de evitar.

O contrabando de café brasileiro por outros países já está se tornando rotina, e jamais será impedido o seu curso, com medidas intimidatórias e paliativas, quanto outros países pagam preços maiores do que aquele que o Governo reserva ao agricultor brasileiro.

Finalmente, Srs. Deputados, quero concitar aos nobres Pares a que se integrem na luta contra o confisco cambial, uma vez que já temos de público o apoio do Governador Ney Braga, consciente de sua responsabilidade de mandatário diligente".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL -- do Projeto de Lei n.º 106/78, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de terras, conforme específica. -- **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI Nº 106/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, imóvel de propriedade do Estado, constituído de uma área de terras com sete (07) alqueires, situada próxima ao quadro urbano da cidade de Rio Azul, confrontando com terras de José Kawa, Teodora Sebastiana de Camargo, Stanislaw Klemba, e com o quadro urbano, contendo uma casa de moradia construída de madeira, coberta de telhas, um depósito, estrebarias e cercas de arame, com um terreno gramado e faxinal, conforme registro de Imóveis da Comarca de Rebouças, sob o n.º 1.219, de 20 de setembro de 1.941, Livro 3-A, fls. 24.

Art. 2.º — Fica assegurada a permanência, sem ônus financeiro, das doze (12) famílias já instaladas, nos locais onde residam ou noutros pontos da área doada.

Art. 3.º — Fica proibida a transferência a terceiros da área descrita no art. 1.º, sob pena de retorno do imóvel ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 37/79, que declara de utilidade pública o "Albergue Casa do Caminho de Apucarana", com sede na cidade de Apucarana. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 37/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o ALBERGUE NOTURNO CASA DO CAMINHO, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 60/79, que declara de utilidade pública a "Escola de Educação Familiar Rural de Castro", com sede na cidade de Castro. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 60/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA DE EDUCAÇÃO FAMILIAR RURAL DE CASTRO, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102/79, que declara de utilidade pública o "Lar Antônio Carvalho de Oliveira", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 102/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR ANTÔNIO CARVALHO DE OLIVEIRA, com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/79, que declara de utilidade pública o "S.O.S. - Serviço de Obras Sociais", com sede na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 106/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 107/79, que declara de utilidade pública o "Abrigo Santo Antônio de Pádua", com sede no Município de Sertaneja. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 107/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o ABRIGO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, com sede no Município de Sertaneja e foro na Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 113/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Assistência Rural", com sede e foro na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 113/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE ASSISTÊNCIA RURAL - ADAR, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 118/79, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Cruz Machado, lote de terreno que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 118/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Cruz Machado, lote de terreno urbano com a área total de 1.233 m<sup>2</sup>, na Avenida Dr. Pedro de Toledo, 01, limitando de um lado com propriedade de Rodolfo Knieling, e de outro com propriedade de Jorge Pohl e nos fundos com propriedade de Sérgio Savotzki, contendo uma casa de madeira, coberta de tabuinha e mais benfeitorias existentes, cujo imóvel, Título n.º 266, de 14 de maio de 1.945, encontra-se transcrito sob o n.º 15.519, fls. 193, do Livro 3-P, no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1.979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; Del Ciel, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Balzer Janoski. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, encarecendo informações a respeito dos pensionistas. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram permanecer como estão. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram permanecer como estão. (Pausa).

9 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 08, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 75, 76, 77, 78 e 79/79;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 80, 81, 88, 89 e 90/79; e  
dos Projetos de Lei n.ºs 95, 130, 134, 140, 141 e 117/79.  
Levanta-se a sessão.

#### PORTARIA Nº 706/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10159, de 1.º de outubro de 1.979, deste Poder,

#### RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho, nos termos do inciso XX, Art. 3.º, do Decreto Legislativo n.º 573/67, de 29 de novembro de 1.967, e composto pelos funcionários adiante indicados, na forma que especifica, para prestarem serviços na elaboração do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1.980, e o Orçamento Plurianual de Investimentos para os exercícios de 1.980, 1.981 e 1.982, percebendo gratificação especial de

acordo com o Art. 172, alínea VI, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970:

SUPERVISOR. . . . . Antonio Sebastião da Cunha Gebran  
COORDENADOR GERAL . . . . . Alberto Carazzai Neto  
COORDENADOR DO OPI . . . . . Aimoré Od Rocha  
COORDENADOR DO OGE . . . . . Ronaldo Baptista  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO. . . . . Elcy da Silva Batista  
DIRETOR DO D.L. . . . . Laertes Luiz Foggiano  
ASSESSORES TÉCNICOS. . . . . Blumer Bosquília

Luiz Antonio Caron

José Guilhermino Filgueiras

Paulo de Tarso de Oliveira Abbas

Luciano Lacerda Filho

Eloi Mezzadri

MECANÓGRAFOS. . . . . Mário Henrique da Cruz

Ihor Baranhuk

Luiz Carlos Molinari

Glacy Belich

DIAGRAMADORES. . . . . Wilians Rolando Romanzini

Farid Luiz Guérios

Antonio Garcia

IMPRENSA . . . . . Jair Cordeiro Ferreira Alves

Francisco Bubniak

Luiz Carlos Monteiro

PORTARIA . . . . . Antonio Gulbino

ATENDENTES . . . . . Jandir Nardin

Alcides Zonatto

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de outubro de 1.979.

ELOI MEZZADRI

DIRETOR GERAL — Designado